Volume 19 Issue 25
Originally issued as G5



Global Journal of human-social science: G
Linguistics & Education
Volume 19 Issue 5 Version 1.0 Year 2019
Type: Double Blind Peer Reviewed International Research Journal
Publisher: Global Journals
Online ISSN: 2249-460X & Print ISSN: 0975-587X

Política Curricular E Relações Raciais: Estado Do Conhecimento Em Pesquisas Nas Produções Da Anped (2000-2015)

By Rosangela Barbosa E Silva & Raquel Amorim dos Santos

Abstract- This article aims to analyze the articles of the National Association of Postgraduate and Research in Education (ANPED), in the Working Group on Education and Ethnic-Racial Relations (GT-21), whose scientific production is located in the area of Ethnic-Racial Relations and Education, with emphasis on the education of Afro-Brazilians. In this work we will focus on the survey of the productions found in the Annals of the Annual Meetings (25th to 37th), related to the period from 2000 to 2015, which present as a thematic emphasis in its set of texts: educational policy, curricular policy, policies affirmative action, the black movement and Law n. 10,639 / 2003. Thus, we conclude that these studies drive the debate about overcoming racism, discrimination and racial prejudice in the different social fields.

Keywords: ethnic - racial relations - curriculum policy - knowledge state.

GJHSS-G Classification: FOR Code: 330199



Strictly as per the compliance and regulations of:



© 2019. Rosangela Barbosa E Silva & Raquel Amorim dos Santos. This is a research/review paper, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution-Noncommercial 3.0 Unported License http://creativecommons.org/licenses/by-nc/3.0/), permitting all non-commercial use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Política Curricular E Relações Raciais: Estado Do Conhecimento Em Pesquisas Nas Produções Da Anped (2000-2015)

Rosangela Barbosa E Silva [α] & Raquel Amorim dos Santos [σ]

Abstract- This article aims to analyze the articles of the National Association of Postgraduate and Research in Education (ANPED), in the Working Group on Education and Ethnic-Racial Relations (GT-21), whose scientific production is located in the area of Ethnic-Racial Relations and Education, with emphasis on the education of Afro-Brazilians. In this work we will focus on the survey of the productions found in the Annals of the Annual Meetings (25th to 37th), related to the period from 2000 to 2015, which present as a thematic emphasis in its set of texts: educational policy, curricular policy, policies affirmative action, the black movement and Law n. 10,639 / 2003. Thus, we conclude that these studies drive the debate about overcoming racism, discrimination and racial prejudice in the different social fields.

Keywords: ethnic - racial relations - curriculum policy - knowledge state.

Resumo- Este artigo objetiva analisar os artigos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), no Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico-Raciais (GT-21), cuja produção científica está localizada na área das Relações Étnico-*Raciais* e Educação, com ênfase na educação dos afro-brasileiros. Neste trabalho nos deteremos no levantamento das produções encontradas nos Anais das Reuniões Anuais (25ª a 37ª), relativas ao período de 2000 a 2015, as quais apresentam como ênfase temática em seu conjunto de textos: a *política educacional*, a *política curricular*, as *políticas de ações afirmativas*, o *movimento negro* e a *Lei n. 10.639/2003*. Desse modo, concluímos que esses estudos impulsionam o debate sobre a superação do racismo, discriminação e preconceito racial nos diferentes campos sociais.

Palavras chave: relações étnico-raciais – política curricular – estado do conhecimento.

Resumen- Este artículo tiene como objetivo analizar los artículos de la Asociación Nacional de Postgrado e Investigación en Educación (ANPED), en el Grupo de Trabajo Educación y Relaciones Étnico-Raciales (GT-21), cuya producción científica está ubicada en el área de las Relaciones Étnico-Raciales y, Educación, con énfasis en la educación de los afro-brasileños. En este trabajo nos detendremos en el levantamiento de las producciones encontradas en los Anales de las Reuniones Anuales (25ª a 37ª), relativas al período de 2000 a 2015, las cuales presentan como énfasis temático en su conjunto de textos: la política educativa, la política curricular, las políticas de acciones afirmativas, el movimiento negro y la Ley n. 10.639 / 2003. De ese modo, concluimos que esos estudios impulsan el debate sobre la superación del racismo, la discriminación y el prejuicio racial en los diferentes campos sociales.

Palabras clave: relaciones étnico-raciales - política curricular - estado del conocimiento.

I. Introdução

Este texto tem como objetivo analisar os artigos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)[1], no Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico-Raciais (GT-21), cuja produção científica está localizada na área das Relações Étnico-*Raciais*[2] e Educação, com ênfase na educação dos afro-brasileiros. Especificamente, neste trabalho nos deteremos no levantamento das produções encontradas nos Anais das Reuniões Anuais (25ª a 37ª), relativas ao período de 2000 a 2015, as quais apresentam como ênfase temática em seu conjunto de textos: a *política educacional*, a *política curricular*, as *políticas de ações afirmativas*, o *movimento negro* e a *Lei n. 10.639/2003*. As ênfases temáticas foram definidas a partir da constância e regularidade de conteúdos predominantes acerca da temática as quais se entrecruzam a partir das discussões voltadas para as políticas de ações afirmativas como importante ferramenta na mobilização contra o racismo e a discriminação racial.

O recorte temporal justifica-se pela luta dos movimentos sociais negros, sobretudo no início dos anos 2000 pela descolonização do currículo e conteúdo escolares e a educação como instrumento de desconstrução do preconceito e da discriminação racial que culminou com a promulgação da Lei n. 10.639/2003, o que gerou o progresso das pesquisas e temas emergentes nesse campo de análise.

[1] A ANPED foi fundada em 1976 por alguns Programas de Pós-Graduação da Área da Educação. Vinte e seis anos após a fundação da ANPEd foi criado, nessa Associação, o seu 21º Grupo de Estudos (GE), denominado Relações Raciais/Étnicas e Educação passando, dois anos após, à categoria de Grupo de Trabalho (GT), intitulado Afro-Brasileiros e Educação (SISS; OLIVEIRA, 2004).

[2] O termo racial aspeado ou em *itálico* assume o argumento político de um conceito operante na sociedade brasileira. Ver discussão em BOTELHO, A; SCHWARCZ, L. M. (Org.). Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro enigma, 2012, p.96-107.

Author α: e-mail: rosangelabarbosaesilva@gmail.com

© 2019 Global Journals

A partir do pressuposto de que os trabalhos apresentados no GT 21 da ANPED deveriam constituir parte importante da produção teórica das pesquisas em Educação e Relações Étnico-*Raciais*, este estudo procurou analisar os trabalhos apresentados durante as treze edições do referido grupo de trabalho. Os trabalhos apresentados oralmente foram analisados descritivamente e em conjunto. Estabeleceu-se uma metodologia de trabalho com base na interação entre pesquisador e objeto de pesquisa, que implica em examinar o texto e classificá-lo com a maior clareza possível, identificando o objeto que o trabalho investiga. Tendo disponíveis os trabalhos em cada reunião anual, a investigação ocorreu de acordo com as seguintes etapas e critérios:

i Classificação de todos os trabalhos apresentados (comunicação oral) quanto a: distribuição no tempo, natureza do trabalho (artigo completo), categorização dos temas de pesquisa na área da pesquisa (enunciados) e instituição proponente;
ii Leitura dos resumos e classificação do foco temático dos trabalhos voltados à *política educacional*, a *política curricular*, as *políticas de ações afirmativas*, o *movimento negro* e a *Lei n. 10.639/2003;*
iii Organização dos dados bibliográficos e de informações complementares em fichas para classificação;
iv Análise dos resultados e elaboração de gráficos e de tabelas capazes de permitir a extração de conclusões sobre as principais ênfases temáticas no conjunto de documentos classificados. Inicialmente procedeu-se a análise numa perspectiva panorâmica de seus conteúdos, sendo que em seguida procedeu-se a elaboração de uma síntese do que foi observado.

Como este trabalho refere-se a um estudo dos artigos apresentados no GT 21 da ANPED ocorridos no período de 2000 a 2015, cabe esclarecer alguns aspectos referentes à elaboração dos textos que foram analisados. Estes estão disponibilizados on-line, em cujo conteúdo consta o título do trabalho, os autores e a instituição a que pertencem.

Neste estudo utilizamos a abordagem qualitativa com aplicação da pesquisa bibliográfica (GATTI, 1983). De modo adjacente, ao realizarmos o estado da arte indicamos aspectos relevantes ao conjunto de análises já produzidas sobre o tema, as demandas detectadas pelos autores, a diversidade de problemáticas reveladas, as urgências e silenciamentos existentes desvelados e as permanências apontadas nas pesquisas publicadas.

As proposições das pesquisas serviram de base para nossas argumentações sobre a importância da utilização desta metodologia, denominada estado da arte. Anuncia-se a possibilidade de se obter uma visão geral do que foi ou vem sendo produzido. Ao mesmo tempo em que permite realizar uma ordenação do progresso das pesquisas e de temas emergentes e priorizados em cada reunião anual, bem como desvendar suas características e foco, além de identificar as contribuições e avanços encontrados pelos autores e divulgar e conferir maior visibilidade as produções existentes.

É comum aos autores que abordaram as pesquisas do tipo "estado da arte" ou "estado do conhecimento" a constatação de que seriam pesquisas bibliográficas que visam "[...] mapear e discutir certa área de produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento". Elas utilizam alguns princípios metodológicos de caráter inventariante, mas priorizam a perspectiva descritiva da produção acadêmica e permite a liberdade de opção na definição do objeto de análise (GATTI, 1983, 1992; FERREIRA, 2002; ROMANOWSKI; ENS, 2006).

O levantamento dos artigos produzidos nas Reuniões Anuais da ANPED (GT-21), trabalhou com as seguintes sistemáticas: a) Levantamento dos artigos; b) leitura dos artigos na íntegra em cada reunião, por ano, a partir das ênfases temáticas elencadas acima; c) produção de tabelas, nas quais se buscou detectar artigos em que a política curricular aparecia de forma explicita, bem como aqueles em que se anunciavam preocupações ou potenciais sobre política curricular e relações *raciais*, mas não se denominavam claramente como política curricular e, por fim procedeu-se a análise dos trabalhos, procurando evidenciar suas implicações teóricas e práticas.

É importante salientar, que nos limites do presente texto, optou-se pela análise do dialogismo discursivo (BAKHTIN, 2010). Neste sentido, Bakhtin (2003) aponta que o dialogismo, se mostra nas muitas vozes criando e recriando sentidos e significados às palavras ditas e às não ditas entre locutor e interlocutor.

Do ponto de vista mais especificamente teórico-metodológico, a política curricular parte da perspectiva de Stephen Ball (2006), o qual partilha de duas concepções de política: política como texto e política como discurso, ambas implícitas uma na outra. Para ele, a política envolve tanto a produção de intenções, ou de textos, como intervenções textuais na prática. A abordagem do autor considera a política como um conjunto de textos (representações) e de discursos (práticas), não independentes de historicidade, poderes, interesses, lutas, negociações, acordos que se espraiam capilarmente e têm seus sentidos modificados pela migração de textos e discursos de um contexto a outro, por processos de recontextualização que produzem híbridos culturais (OLIVEIRA; LOPES, 2011).

No que se relaciona a concepção de currículo orientamo-nos pela concepção de currículo como: [...] nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos

© 2019 Global Journals

[...]. Ele é sempre parte de uma tradição seletiva [...]. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas [...] (APPLE, 2009, p.59). O currículo se constitui, portanto como uma arena de lutas, profundamente implicado em relações de poder em busca de hegemonia [3] de uma determinada concepção, portanto, como política cultural que visa a orientar determinados desenvolvimentos simbólicos, obter consenso para uma dada ordem e/ou alcançar uma transformação social desejada (APPLE, 2001).

O tema sobre Política Curricular e Relações *Raciais* formou-se nas últimas décadas como um campo de estudos emergente, de interesses e posicionamentos múltiplos. Um conjunto significativo de pesquisas e trabalhos que têm por objeto as Relações *Raciais* nos processos educativos, interpretados a partir de um espectro amplo de temáticas de interesse e perspectivas teórico-metodológicas.

II. Estado da arte, Política Curricular e Relações *Raciais*

No levantamento geral dos trabalhos apresentados nas Reuniões Anuais da ANPED, no recorte explicitado, foram encontrados trinta e nove (39) trabalhos que se relacionavam à Política Curricular e Relações *Raciais*.

Em relação ao tratamento metodológico os estudos combinaram a pesquisa bibliográfica e análise de documentos, usando para o trabalho empírico: pesquisas apoiadas na análise de depoimento, nos estudos de um caso, nos estudos de caso do tipo etnográfico, nos estudos descritivos exploratórios, nos estudos de pesquisa-ação, que fazem a análise da prática pedagógica, a história de vida, análise das práticas discursivas e pesquisa bibliográfica. Mais um aspecto que deriva desses estudos é a identificação das técnicas mais utilizadas nas pesquisas, quais sejam: entrevistas, análise de documentos, observação, questionário, diário de campo, ou dados que foram coletados por meio de fotografia, grupo de discussão e grupo focal.

Quanto ao enfoque teórico privilegiado, nem sempre eles estavam claramente definidos, mas foi possível identificar as contribuições das Ciências Sociais, da Sociologia e da Psicologia. Ainda identificamos a abordagem qualitativa[4], destacando-se a pesquisa no campo da etnografia (CLIFFORD, 1977) e a pesquisa sócio-histórica (BURKE, 2000; LE GOFF, 1994; GINZBURG, 1989). Em menor número vem à abordagem fenomenológica, sociopoética e psicossocial (MOSCOVICI, 1978).

Nesses estudos também se observou uma concentração de pesquisas sobre políticas de ações afirmativas e legislação antirracista, mesmo assim, as bases teóricas que subsidiaram as análises apontam para a referência à perspectiva crítica como base de interpretação dos dados. A referência comum foi na discussão sobre o sistema de cotas e Lei n. 10.639/2003, sendo frequentemente citados os autores: Silvério e Silva (2003), Santos (2005), Gomes (2000, 2001), Siss (2003), Gomes (2008), Duarte (2008), Coelho (2009), Dias (2005) para citar alguns.

Nos estudos que partiram da perspectiva do Estado para compreender as políticas educacionais e curriculares voltadas para a temática *racial,* foi comum a referência de Apple (1996), Anderson (1995), Sacristán (1998), entre outros para analisar o Estado regulador centrado nas concepções das políticas neoliberais.

Mas, observamos que em relação à influência dos organismos internacionais como definidores de políticas (CEPAL/UNESCO, Banco Mundial - BM, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIRD, entre outros), não encontramos especificamente nenhum trabalho que inserisse de modo circunstanciado tal discussão nas pesquisas apresentadas.

Dentre os trabalhos coletados nas Reuniões Anuais da ANPED destacamos aqueles que apresentam alguns indícios da perspectiva do Estado voltados para a temática racial, tais como: Veríssimo (2003), Gonçalves e Silva (2005); Rodrigues (2005), Souza (2009) e Marques (2011)[5], Marques, Bolson e Morais (2012)[6], Pacífico e Teixeira (2013)[7], Amaral (2013)[8].

[3] Segundo Apple (2006) a hegemonia refere-se a um conjunto organizado de significados e práticas, ao sistema central, eficaz e dominante de significados, valores e ações que são *vividos*. Precisa ser entendida em um nível diferente do que o da "mera opinião" ou da "manipulação" (p.39).

[4] Ver discussão em FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Trad. Sandra Netz. – 2ª .ed.- Porto Alegre: Bookman. 2004.

[5] VERÍSSIMO, Maria Valéria Barbosa. Educação e desigualdade racial: políticas de ações afirmativas. *26ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2003; GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias, SILVA, Maria Vieira da. A questão do negro e políticas públicas de educação multicultural: avanços e limitações. *28ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2005; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Movimento negro, raça e política educacional. *28ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação/ n.21*, 2005. SOUZA, Maria Elena Viana. Diálogos possíveis entre concepções de currículo e a Lei 10.639/03. *32ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2009; MARQUES, Eugênia Portela de Siqueira. A manifestação do preconceito e da discriminação racial na Trajetória dos alunos negros bolsistas do PROUNI. *34ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2011.

[6] MARQUES, Eugênia Portela de Siqueira; BOLSON, Hildete da Silva Pereira; MORAIS, Walnilda Coelho Soares. Educação para as relações étnico raciais e a formação de Professores: as experiências de intervenção no Mato Grosso do Sul. *35ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2012.

[7] PACÍFICO, Tânia Mara; TEIXEIRA, Rozana. Negritude e branquidade em livros didáticos de história, língua portuguesa e educação física. *36ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2013.

[8] AMARAL, Wagner Roberto. Os circuitos de trabalho indígena: os profissionais indígenas como novos sujeitos da gestão de políticas

© 2019 Global Journals

O estudo de Veríssimo (2003) analisa as políticas do governo de Fernando Henrique Cardoso, no período de 1995 a 2002, em específico as políticas de ações afirmativas. A autora aponta que a partir da lógica da eficiência, esse governo busca a reorganização da educação e mecanismos da avaliação de sistema, em âmbito nacional e em todas as modalidades. Acrescenta que apesar dos avanços das políticas educacionais ainda há uma desconsideração as diferentes contribuições da diversidade brasileira.

O estudo de Gonçalves e Silva (2005) refere-se sobre a questão do negro e políticas públicas de educação multicultural. Os argumentos trazidos pelas autoras em relação ao processo histórico das relações raciais apontam que a "[...] constatação de diferentes identidades abalou as estruturas curriculares marcadas pelo eurocentrismo" (p.6).

No artigo realizado por Rodrigues (2005) sobre o movimento negro, *raça* e política educacional, analisa a importância e o tratamento da categoria *raça* na definição de políticas educacionais, a partir da apreciação da Constituição Federal/1988 e a LDB n. 9.394/96, especialmente a Lei n. 10.639/03. Outro estudo na perspectiva da Lei n. 10.639/2003 em consonância com o papel do Estado é a produção de Souza (2009) que investiga as providências curriculares sugeridas pela Lei n. 10.639/2003, bem como algumas metas do Parecer CNE/CP 3/2004. Baseada nesse Parecer, a autora parte da compreensão de que o Estado tem dever de promover políticas de reparações voltadas para a educação dos negros.

O artigo de Marques (2011) versa sobre a manifestação do preconceito e da discriminação racial na trajetória dos alunos negros bolsistas do PROUNI, especificamente nos cursos de Direito e Pedagogia noturno, Centro Universitário de Campo Grande – MS. Neste estudo analisa a inserção de alunos negros na Educação Superior, bolsistas do PROUNI e problematiza a presença do duplo preconceito e da discriminação racial no espaço acadêmico.

A pesquisa de Marques, Bolson e Moraes (2012) sobre a implementação da Lei n. 10.639/03 suscitou diferentes desafios para a educação, entre os quais se destacam a formação de professores para aturem nas questões étnico-raciais e as tensões presentes na dimensão cognitiva e subjetiva dos docentes e nos espaços escolares. A formação de professores para lidar com a diversidade cultural em sala de aula requer mudança de postura e acima de tudo, as condições objetivas para criticar o currículo e a prática docente.

Pacífico e Teixeira (2013) apresentam uma discussão acerca do papel desempenhado pela branquidade e pela negritude nos livros didáticos de História, Língua Portuguesa e Educação Física, aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e Livro público do Paraná, ao longo da primeira década de implementação da Lei n. 10.639/03. Conclui que as formas simbólicas apresentadas pelos livros didáticos, apresentam algumas rupturas, mas em sua maioria, estão ainda, a serviço da manutenção e sustentação de relações de poder sistematicamente desiguais, determinando o lugar de cada grupo da escala social.

O estudo de Amaral (2013) sobre gestão de políticas públicas para povos indígenas, vislumbra a emergência da constituição de um novo sujeito indígena, com *status* profissional e intelectual, formado pelas universidades públicas e que passa a ser desafiado a manter seu duplo pertencimento na tarefa de executar e de gerir políticas públicas voltadas a seus grupos étnicos.

De modo geral os artigos que apresentam alguns indícios da perspectiva do Estado voltados para a temática *racial* configuram-se como parte decisiva da estratégia de expansão das políticas educacionais de ação afirmativa no Brasil e representam um marco no processo de promoção de igualdade de oportunidades e deve ser fortalecido e aperfeiçoado por meio de diferentes mecanismos para aqueles grupos que originalmente não estavam representados nessas políticas.

Além dessas temáticas, centradas na perspectiva do Estado, consideramos importante analisar os estudos que abordam a perspectiva das políticas para a igualdade racial com destaque as *ações afirmativas*. Todos os artigos de interesse foram lidos integralmente.

Em seu artigo, Siss (2002)[9], apresenta algumas considerações sobre Políticas de Ações Afirmativas e Educação dos afro-brasileiros. Expõe que as desigualdades de acesso à educação, de permanência em instituições escolares em qualquer dos seus níveis, de realização, bem como a trajetória escolar de alunos afro-brasileiros e brancos quando comparadas, revelam-se diferenciadas e sempre em detrimento dos afro-brasileiros.

Nesta direção, Veríssimo[10] sobre *Educação e desigualdade racial*: políticas de ações afirmativas faz uma breve contextualização das políticas na reorganização da educação a partir da conjuntura dos anos 1990. A autora avança no sentido de apresentar no campo educacional a luta dos movimentos sociais,

públicas. *36ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2013.

[9] SISS, Ahyas. Afro-brasileiros. Políticas de ação afirmativa e educação: algumas considerações. *25ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2002.

[10] VERÍSSIMO, Maria Valéria Barbosa. Educação e desigualdade racial: políticas de ações afirmativas. *26ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2003.

© 2019 Global Journals

especialmente os que tratam da denúncia de discriminação racial no trabalho.

Veloso (2005) [11] relata a experiência da Universidade Federal de Montes Claros – UNIMONTES sobre o sistema de reserva de vagas em seus cursos de Graduação e discute formas de acesso ao Ensino Superior. Aponta a partir da aplicação de questionários que a "[...] a instituição de cotas na UNIMONTES não foi gestada, pensada e proposta por sua comunidade universitária" (VELOSO, 2005, p.2).

Miranda (2005)[12] apresenta as narrativas sobre cotas em jornais ressaltando a probabilidade de fracasso por parte dos ingressantes contemplados pelo sistema de reservas de vagas nas universidades públicas. Este trabalho aponta: "[...] a re-interpretação das narrativas sobre cotas traduz uma necessidade de desvelarmos, sobretudo, em que medida os jornais trabalham para perpetuar seu lugar de reprodutor, de políticas de branquidade, por porta voz de grupos eurodescendentes" (idem, 2005, p.4).

Na esfera do Ensino Superior, Menin e Shimizu (2006)[13], fazem uma análise sobre as representações sociais de diferentes políticas de ações afirmativas para negros, afrodescendentes e alunos de escola pública na Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. Esse estudo aproxima-se dos resultados empreendidos no estudo de Miranda (2005) acerca da compreensão da política de branquitude como discurso hegemônico que tem têm orientado culturalmente as estruturas sociais.

Já os artigos de Jesus (2008, 2009)[14], abordam sobre as micro-ações afirmativas no cotidiano das escolas públicas, a partir da narrativa de três professoras da Rede Pública do Rio de Janeiro. Para a autora as micro-ações afirmativas empreendidas nas narrativas dessas professoras são "[...] ações comprometidas com a transformação da realidade de opressão com a qual convivem crianças e jovens negros em nossas escolas públicas [...]" (idem, 2009, p.15).

Tomaim e Lima (2010) [15] , analisam as representações sociais de professores do Ensino Médio sobre cotas para negros na Universidade e expõem no processo de objetivação duas imagens: "a invisibilidade do outro" e "igualdade". Concluem que as representações sociais de professores se ancoram no núcleo figurativo do mito da democracia racial amparado pela crença da meritocracia, cotas para pobres, omissão do racismo na escola, o que implica na construção positiva da identidade negra.

No trabalho de Barbosa e Lima (2011) [16] as *ações afirmativas* aparecem em um Programa de Integração e de Inclusão Étnico-Racial – PIIER da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, especificamente no curso de Enfermagem. Nesse Programa analisam a percepção de docentes, discentes (cotistas e não-cotistas). Os resultados demonstram que "[...] os conceitos que ainda estão enraizados nos sujeitos pesquisados refletem atitudes discriminatórias mesmo que de forma inconsciente, contribuindo para sua subjetivação" (idem, 2011, p.14).

O estudo de Estácio (2012)[17] objetiva analisar a política de ação afirmativa do tipo quotas étnicas da Universidade do Estado do Amazonas, a partir da compreensão dos alunos beneficiados e do Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas (Meiam), criadas pela Lei Estadual n. 2.894/2004. Os resultados demonstraram que a presença de índios na UEA, não se concretizaram, mas vem sim, propiciando uma maior aproximação e convivência com a diversidade, contudo se faz necessário a criação de programas complementares e institucionais, os quais sejam capazes de promover tanto a permanência material quanto simbólica dos índios na universidade, e que estas sejam exitosas.

Barreto (2012) [18] analisa o processo de implantação de cotas, considerando as contribuições do movimento negro no processo de luta, no que se refere ao acesso dos alunos afrodescendentes e indígenas da universidade. Em suas conclusões afirma que as políticas de cotas são as formas mais acessíveis de equalizar as desigualdades que ocorrem nos países

[11] VELOSO, Geisa Magela. Cotas na universidade pública – direito ou privilégio? *28ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2005.

[12] MIRANDA, Claudia. Narrativas sobre "cotas" em jornais: o híbrido e o grotesco nos discursos de resistência frente à perspectiva afrodescendente de interculturalidade. *28ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2005.

[13] MENIN, Maria Suzana De Stefano, SHIMIZU, Alessandra de Moraes. Representações sociais de diferentes políticas de ação Afirmativa para negros, afrodescendentes e alunos de Escolas públicas numa universidade brasileira. *29ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2006.

[14] JESUS, Regina de Fátima de. Micro-ações afirmativas no cotidiano de escolas públicas. *31ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2008; Práticas pedagógicas evidenciam micro-ações afirmativas Cotidianas. *32ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2009.

[15] TOMAIN, Valquiria Rodrigues Reis, LIMA, Rita de Cássia Pereira. Representações sociais de professores do ensino médio sobre cotas para negros na universidade: o mito da democracia racial. *33ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2010.

[16] BARBOSA, Valci Aparecida, LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. Programa de integração e de inclusão étnicorracial: ações afirmativas na UNEMAT – uma questão de (re) educação. *34ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2011.

[17] ESTÁCIO, Marcos André Ferreira. Quotas, sim. só quotas, não! Análise das ações afirmativas do tipo quotas para indígenas no Amazonas. *35ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2012.

[18] BARRETO, Maria Aparecida Santos Correa. Ações Afirmativas e Sistema de Cotas: Um Olhar a partir do Movimento Negro. *35ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2012.

© 2019 Global Journals

que sofreram escravidão, injustiças sociais, assim como também, essa equalização deve ocorrer em cada Estado.

Não raro, o trabalho de Norões (2013) [19] corrobora com a criação de espaços para pesquisa sobre Ações Afirmativas (AA) em treze áreas do conhecimento e em cento e uma IES e outros espaços indica um contexto de conquistas progressivas e em um curto espaço de tempo. Esse movimento que ocupou esses polêmicos espaços de produção intelectual foi fundamental para ampliar o debate sobre relações raciais no Brasil.

De uma perspectiva mais abrangente Jesus (2013)[20] aponta as experiências de ações afirmativas e de cotas, implementadas como resultado direto e indireto da decisão do STF, darão a sociedade brasileira a possibilidade de construir outro projeto de nação, no qual as relações étnico-raciais, vistas como estruturais e estruturantes da nossa constituição social, sejam reconhecidas como componente fundamental para a construção de uma sociedade democrática.

Passos e Rodrigues (2015) [21] analisam a articulação entre a educação das relações étnico-raciais e as ações afirmativas nas universidades federais. A análise foi desenvolvida com o intuito de discutir e examinar se as instituições de ensino superior adotaram políticas de reestruturação curricular a partir das políticas de ações afirmativas, se estas políticas de acesso têm sido acompanhadas por mudanças curriculares, de pesquisa e extensão.

A pesquisa de Nogueira e Morosini (2015) [22] objetivou conhecer desdobramentos da política de cotas, e mais detidamente, as cotas raciais, no curso de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, na perspectiva de docentes. Os resultados revelam a consolidação formal dessa política em nível nacional e institucional, as contradições expressas pelos docentes quanto a sua concepção e seu desenvolvimento em um curso de graduação altamente elitizado e, por outro lado, sua importância como fator impulsionador de mudanças nesta graduação.

Aguiar e Piotto (2015) [23] analisam os indicadores socioeconômicos e étnico-raciais de estudantes da Universidade de São Paulo após a adoção de seu Programa de Inclusão Social entre 2005 e 2014. Os dados do Programa parecem ser um exemplo dos limites de programas de ações afirmativas que se valem única e exclusivamente de critérios socioeconômicos para a inclusão dos grupos que historicamente tem sido os mais excluídos do ensino superior em nosso país, desconsiderando a ação da raça na constituição das desigualdades.

Na mesma perspectiva dos trabalhos que versam sobre a dimensão do estado, Rocha e Maldonado (2015) [24] consideram que o conceito de cotas raciais se encontra intimamente relacionado à ideia de raça e às condições de inferioridade possíveis com esse conceito historicamente construído, cujo percurso efetivamente não nos autoriza a falar em progresso da razão humana, mas de tensões múltiplas, de repressões e de violências alojadas nos planos discursivos e não-discursivos.

Em sintonia com as demais produções Vanzuita (2015) [25] discuti relações e interações entre crianças em momentos de observação participativa. Objetivou analisar práticas pedagógicas em uma instituição de educação infantil, com atendimento de 0 a 5 anos, partindo das orientações na implementação da Lei n. 10.639/03. As práticas afirmativas são positivas no sentido de trazer a discussão para o cotidiano escolar, para que crianças e adultos falem sobre o assunto com tranquilidade, superando a controvertida cordialidade brasileira no trato do racialmente diferente.

Sales e Fischman (2015)[26] discutem a lógica de argumentação e o posicionamento sobre Ação Afirmativa das revistas *Veja* e *Isto É* entre 1995 a 2013. A pesquisa evidencia importantes tensões discursivas nas revistas sobre as políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior, em especial sobre as cotas.

Santos (2015) [27] investiga as mediações das categorias de raça e de classe social no processo de

[19] NORÕES, Katia Cristina. Cotas na pós-graduação e a perspectiva de conquistar outros espaços para a produção de conhecimento. *36ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2013.

[20] JESUS, Rodrigo Ednilson de. A "constituição" da nação brasileira em disputa: o debate em torno da (in) constitucionalidade das ações afirmativas. *36ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação/ n.21*, 2013.

[21] PASSOS, Joana Célia dos; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. A política curricular para a educação das relações étnico-raciais e as ações afirmativas no ensino superior. *37ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação/ n.21*, 2015.

[22] NOGUEIRA, Fernanda; MOROSINI, Marília Costa. Política afirmativa na educação superior brasileira: as cotas raciais como interferência no espaço de poder universitário na perspectiva de docentes da medicina. *37ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2015.

[23] AGUIAR, Márcio Mucedula; PIOTTTO, Débora Cristina. Combate à desigualdade? Análise socioeconômica e étnico-racial de um programa de ação afirmativa no ensino superior. *37ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2015.

[24] ROCHA, Érica Silva; MALDONADO, Maritza Maciel Castrillon. A emergência do discurso das cotas raciais do ensino superior: uma versão historiográfica não-convencional a partir das *epistemes* de Foucault. *37ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2015.

[25] VANZUITA, Simone. O que "dizem" as crianças no contexto das políticas de ações afirmativas? *37ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2015.

[26] SALES, Sandra Regina; FISCHAMAN, Gustavo E. Os discursos sobre ação afirmativa das revistas *veja* e *isto é*: o que mudou entre 1995 e 2013? *37ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2015.

[27] SANTOS, Sérgio Pereira dos. Os "intrusos" e os "outros" oxigenando a universidade: por uma relação articulada entre raça e

© 2019 Global Journals

implementação das cotas sociais da UFES entre 2006 a 2012. Conclui que há uma "oxigenação", pois as cotas operam uma dimensão pedagógica de ampliar a diversidade na academia. Indica que os mecanismos discriminatórios interpessoais e institucionais não inviabilizam a importância das ações afirmativas, pois apontam para a universidade repensar suas práticas pedagógicas democratizando seus espaços.

O estudo de Vieira (2015)[28] sintetiza um debate em termos teóricos, a partir dos conceitos de igualdade e diferença. O reconhecimento da diferença inclui a adoção da categoria raça como elemento norteador de políticas públicas que têm por fundamento a superação da desigualdade e o redimensionamento das contribuições dadas pela população negra.

O trabalho de Marques e Brito (2015)[29] analisa as falas dos candidatos pretos e pardos na banca avaliadora do fenótipo, em uma instituição de ensino superior da Região Centro-Oeste. Constataram que a existência da banca avaliadora se constitui em mecanismo que coíbe a interpretação errônea ou fraudulenta de pertencimento étnico-racial e configura-se num espaço de diálogo com os candidatos, no sentido de apontar que os conflitos apresentados pelos mesmos para se afirmarem como pretos ou pardos, é resultante de um processo de negação e de invisibilidade da população negra no Brasil.

Na esteira desses conjuntos de textos a discussão sobre as ações afirmativas obtiveram debates intensos e enriquecedores que extrapolaram a premência de políticas afirmativas para democratizar o acesso e permanência no ensino superior dos grupos fragilizados econômica e socialmente e não apenas os negros, como é o caso das cotas para povos indígenas. A despeito dos estudos apontarem a necessidade de se adotar políticas de ações afirmativas, assim como a recepção dessas medidas por meio do ordenamento (jurídico e educacional), um grande problema ainda carece de solução: as condições e critérios para adoção das referidas políticas, ou seja, sua forma, duração e intensidade.

Políticas públicas de ações afirmativas ensejam atuações positivas do governo na distribuição dos bens sociais para determinados grupos. Cotas raciais são uma espécie de ação afirmativa que intencionam um objetivo específico, qual seja: contornar os problemas de liberdade decorrentes da discriminação racial. No entanto, as construções sociais de relações pacificas entre as raças e o ideário de que os problemas das relações sociais no Brasil são decorrentes das desigualdades de classes e *status* socioeconômico (HASENBALG, SILVA, 1990), influenciam a estruturação das políticas de cotas para ingresso no ensino superior. Ainda há um conjunto de textos que abordam a perspectiva das políticas para a igualdade racial com destaque para aqueles que tratam sobre a *Lei n. 10.639/2003*, a qual apresenta uma trajetória singular. Dentre os quais destacamos: Rosa (2006)[30], realiza uma análise sobre o conceito de identidade tomando-a como relacional, construída a partir de elementos simbólicos e sociais dentro do contexto onde se insere o sujeito, sendo então externa ao mesmo, podendo ser construída tanto com elementos negativos como positivos.

O artigo de Pereira (2007)[31] discute entraves entre educadores, mesmo alguns mais engajados na implementação da Lei – assumidamente *agentes da Lei*: desde a ingenuidade com que, muitas vezes, assimilamos temáticas, conceitos, conteúdos, e duas fontes: às dificuldades para lidarmos com algumas questões básicas, como o conceito de História e Cultura Afro-Brasileira e a articulação de conteúdos capazes de dar conta da sua complexidade. Assim, Pereira (2007, p.16) conclui que a "[...] práxis dos educadores é uma instância de responsabilidade para a implementação da Lei".

Souza (2011)[32] apresenta dois artigos em que discute a Lei n. 10.639/03 em escolas públicas do Município do Rio de Janeiro, objetivando trazer subsídios para a implementação da Lei em consonância com a proposta curricular veiculada pela escola pública de Ensino Fundamental. Assim, afirma que: "[...] o silêncio sobre a problemática racial ainda faz parte da postura de alguns professores, revelando que o currículo nunca é uma proposta neutra de conhecimentos" (idem, 2011, p.1).

O estudo de Backes (2012)[33] reforça que os conceitos de multiculturalismo e interculturalidade contribuem para desconstruir o currículo etnocêntrico e

classe nas ações afirmativas. *37ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2015.

[28] VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos. Um ensaio teórico sobre igualdade e diferença no ensino superior: contribuições ao debate sobre as políticas de ação afirmativa no brasil (2002-2012). *37ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2015.

[29] MARQUES, Eugênia Portela de Siqueira; BRITO, Ireni Aparecida Moreira. Os candidatos aprovados pelo regime de cotas raciais e os conflitos sobre a identidade negra na banca avaliadora de fenótipo. *37ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2015.

[30] ROSA, Maria Cristina. Os professores de arte e a inclusão: o caso da Lei 10639/2003. *29ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2006.

[31] PEREIRA, Amauri Mendes. "Quem não pode atalhar, arrodeia!": reflexões sobre o desafio da práxis dos educadores dos agentes da Lei 10.639/03. *30ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2007.

[32] SOUZA, Maria Elena Viana Souza. Considerações sobre a (não)implementação da lei 10.639/03 em Escolas públicas do município do rio de janeiro. *34ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2011; Diálogos possíveis entre concepções de currículo e a Lei 10.639/03. *32ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2009.

[33] BACKES, José Licínio. Os conceitos de multiculturalismo e interculturalidade e a ressignificação do currículo. *35ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2012.

© 2019 Global Journals

traz em suas conclusões a necessidade do estabelecimento de relações entre as culturas, bem como o desafio de acabar com o preconceito e o racismo no currículo escolar.

Em artigo publicado na ANPED, Coelho (2007)[34] aborda sobre as definições de beleza ou de sua falta, atribuídas ao branco como modelo, onde "[...] a cor da pele, índice de destaque, continuava sendo índice de distinção na escola – quanto mais negra, menos importância" (COELHO, 2007, p.11). Em outro estudo, Coelho e Coelho (2012)[35] abordam as práticas adotadas por escolas da Região Norte, na implementação dos dispositivos que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com relação à introdução de temáticas relativas à Cultura Afro-Brasileira, à História da África e à História dos Povos Indígenas. A pesquisa apontou que a abordagem dos conteúdos concernentes à História da África não tem sido eficaz. Estudantes e profissionais da educação demonstram não terem superado noções elementares sobre o continente africano.

Molina (2013) [36] analisa as consequências didáticas e curriculares da inclusão da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas escolas do nosso país. Revela que as determinações da Lei n. 10.639/03 não são simplesmente o ensino de "novos conteúdos programáticos" (como o são as quatro operações ou a divisão política do território brasileiro), mas de uma proposta de mudança paradigmática da noção de escolarização, uma noção que inclui a descolonização cultural na pauta da formação cidadã de todos os brasileiros.

Fernandes (2015) [37] realiza uma análise do enraizamento institucional da Lei n. 10.639/2003 na Rede Federal de Educação Profissional, Cientifica e Tecnológica. Concluiu afirmando a necessidade de mais pesquisas em relação à implementação da Lei n. 10.639/2003 e que abordem a educação profissional e tecnológica.

Machado (2015) [38] aborda experiências de pesquisa sobre a formação de professores, produção e manutenção do racismo no Ensino Fundamental. Problematiza as tensões à implementação da Lei n.10.639/2003, a partir das DCNs para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Verifica-se que a formação inicial e continuada de professores é de fundamental importância, quando se pretende alternativas às questões raciais que se encontram estabelecidas no cotidiano escolar. Portanto, a formação por meio de política pública continua fragmentada, desarticulada.

Oliveira e Rodrigues (2015)[39] buscaram afirmar que, mais do que uma relação preconceituosa ou racista expressa nas manifestações religiosas, a negação e a invisibilidade das culturas e expressão das religiosidades afrodescendentes na educação, estão revelando uma forma de racismo que denominamos epistêmico. Desconstruir essa ideologia poderá contribuir para a superação de práticas segregacionistas, racistas e construir um novo olhar sobre as práticas curriculares.

Nesse conjunto de artigos sobre a Lei n. 10.639/2003 os movimentos instituintes encontram expressão nas experiências pedagógicas em curso por todo país. Nos últimos anos observa-se uma série de ações e propostas que apontam para mudanças substantivas nos currículos e práticas pedagógicas. A Lei n. 10.639/2003, portanto pode de fato vir a impulsionar processos importantes de transformações e mudanças na educação e, sobretudo no campo do currículo, auxiliando na formação de agentes brancos, negros, indígenas, com conhecimentos não deturpados sobre os povos africanos e negros brasileiros.

III. Conclusões Preliminares

Nesse conjunto de artigos, que engloba as discussões acerca das *políticas educacionais*, especialmente as políticas para a igualdade racial: *Ações Afirmativas e Lei n. 10.639/2003*, as inflexões são as mais diversas, algumas demonstram maior fundamentação teórica e apresentam reflexões mais aprofundadas sobre as políticas educacionais voltadas para a população negra. Outras se limitam a expor o que foi feito e a tecer breves comentários sobre os objetivos atingidos.

De modo geral surgem algumas categorias estruturais como: racismo, desigualdade racial e discriminação direcionada à população negra impregnam a sociedade brasileira e, no que diz respeito à educação, infelizmente, a situação não é diferente. Entretanto, consideramos que a educação escolar em uma perspectiva antirracista, não pode ser a

[34] Sobre o Silêncio da cor consultar: COELHO, Wilma de Nazaré Baía. Silêncio e cor: relações raciais e a formação de professoras no estado do Pará (1970-1989). *30ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação/ n.21*, 2007.

[35] COELHO, Wilma de Nazaré Baía; COELHO, Mauro Cezar. A educação para a diversidade e a questão étnico-racial: apontamentos para a análise de práticas em curso. *35ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2012.

[36] MOLINA, Thiago dos Santos. A didática da dupla consciência e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. *36ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2013.

[37] ROCHA, Fernanda Rodrigues da. O enraizamento institucional da Lei Nº. 10.639/2003 na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. *37ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2015.

[38] MACHADO, Sandra Maria. Cotidiano escolar/(re)trato social: curriculando as relações raciais. *37ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2015.

[39] OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; RODRIGUES, Marcelino Euzébio. A cruz, o ogó e o oxê: religiosidades e racismo epistêmico na educação carioca. *37ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21*, 2015.

© 2019 Global Journals

transmissão acrítica dos conhecimentos que o Estado e as demais instituições dominantes consideram legítimas, seja por meio do currículo, seja por meio das práticas instituintes na escola.

Assim, a análise do *corpus* dos anais da ANPED proporcionou a síntese dos resultados da pesquisa retratados no Quadro a seguir:

QUADRO : SÍNTESE DOS RESULTADOS DE PESQUISAS SOBRE POLÍTICA CURRICULAR E RELAÇÕES RACIAIS		
GÊNERO – ANAIS DA ANPED	AGENTES ENUNCIADORES	ENUNCIADOS
25ª Reunião Anual 26ª Reunião Anual 28º Reunião Anual 29º Reunião Anual 30ª Reunião Anual 34ª Reunião Anual 35ª Reunião Anual 36ª Reunião Anual 37ª Reunião Anual	SISS (2002); VERÍSSIMO (2003); MIRANDA (2005); MENIN E SHIMIZU (2006); PEREIRA (2007); SOUZA (2011); BARRETO (2012); NORÕES (2013); JESUS (2013); PASSOS E RODRIGUES (2015); NOGUEIRA E MOROSINI (2015); AGUIAR E PIOTTO (2015); ROCHA E MALDONADO (2015); VANZUITA (2015); SALES E FISCHMAN (2015); SANTOS (2015); VIERA (2015); MARQUES E BRITO (2015).	Políticas de caráter reparatório, compensatório ou de ação afirmativa.
27ª Reunião Anual 28ª Reunião Anual	VERÍSSIMO (2004); GONÇALVES; SILVA (2005); RODRIGUES (2005); MARQUES, BOLSON E MORAES (2012).	Política Educacional articulada à exclusão educacional e racial.
28ª Reunião Anual 33ª Reunião Anual	VELOSO (2005); TOMAIN E LIMA (2010).	Políticas educacionais contrárias às cotas evidenciada na representatividade de professores.
35ª Reunião Anual	ESTÁCIO (2012).	Políticas de cotas restritas apenas ao grupo beneficiário (indígena).
36ª Reunião Anual	AMARAL (2013).	Trabalho indígena e gestão de políticas públicas.
29ª Reunião Anual 32ª Reunião Anual 35ª Reunião Anual	ROSA (2006); SOUZA (2009); LICÍNIO (2012).	Política como uma abordagem culturalista de subversão de valores discriminatórios
31ª Reunião Anual 32ª Reunião Anual	JESUS (2008, 2009).	Política como micro-ações afirmativas cotidianas.
34ª Reunião Anual	BARBOSA; LIMA (2011); MARQUES (2011).	Discursos de Políticas de Estado, estruturais e universais articuladas.
35ª Reunião Anual 36ª Reunião Anual 37ª Reunião Anual	COELHO E COELHO (2012); MOLINA (2013); FERNANDES (2015); MACHADO (2015); OLIVEIRA E RODRIGUES (2015).	Política curricular na perspectiva da Lei n. 10.639/2003 e escola.
36ª Reunião Anual	PACÍFICO E TEIXEIRA (2013).	Negritude, branquitude e Programa Nacional do Livro Didático.

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir do site da ANPED (GT-21)/2017.

A síntese dos resultados da pesquisa apresenta os gêneros do discurso, neste caso os *Anais* das Reuniões Anuais da ANPED, por ano de publicação, agentes enunciadores e enunciados, estes entendidos como dimensão discursiva. Nesse contexto, os enunciados tomam formas apropriadas de circulação, sejam orais ou escritos, refletem as finalidades específicas de cada contexto sociocomunicativo (BAKHTIN, 2010). Em linhas gerais, os *Anais* possibilitam encontros, debates e discussões, ou seja, permitem as mais expressas intenções discursivas a fim de manter estreitos contatos entre os diversos campos sociais.

Entre outras intenções discursivas dos *Anais*, destacam-se alguns enunciados que expressam de um lado as experiências de Universidades Federais e Estaduais, nas quais as Políticas Educacionais no tocante a reservas de vagas foi implementada e, por outro as ONGs antirracistas voltadas para a inclusão de alunos negros no Ensino Superior brasileiro.

A adoção de Políticas de Ações Afirmativas parte de uma perspectiva extremamente individual para uma lógica coletiva, pois não se trata mais de "proteção aos desvalidos" (SILVA, 2003) pelos efeitos da discriminação e mesmo evitar e prevenir outras manifestações de preconceito.

Quanto às intenções discursivas dos textos relacionados com a Lei n. 10.639/2003, estas se configuram como uma conquista para o negro brasileiro e avançam na direção da construção cotidiana de novas relações sociais. Contudo, no decorrer do trabalho, nosso entendimento é de que a Lei n. 10.639/03, se trabalhada dentro da perspectiva da superação do dilema brasileiro raça/cor (SKDMORE, 2012; GUIMARÃES, 1996; SCHWARCZ, 1993), ainda em trânsito no século XXI, é como incluir sem preterir e

© 2019 Global Journals

integrar, reconhecendo as peculiaridades afrodescendentes, tanto aquelas advindas do processo histórico social singular brasileiro, quanto aquelas que conferem uma identidade particular ao referido grupo.

Destarte, as pesquisas sobre Política Curricular e Relações *Raciais* foram ampliadas na última década no Brasil, favorecendo a abertura de espaços de discussões e busca de alternativas para minimizar a discriminação racial e o preconceito nas escolas. Desse modo, concluímos que esses estudos impulsionam o debate sobre a superação do racismo, discriminação e preconceito racial nos diferentes campos sociais.

References Références Referencias

1. ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir (coord.) Pós-neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
2. APPLE, Michael W. Consumindo o outro: branquidade, educação e batatas fritas. In: COSTA, Marisa Vorraber (org). A escola básica na virada do século. Cultura, política e educação. São Paulo: Cortez, p. 25-43, 1996.
3. _____. Ideologia e currículo. Tradução Vinicius Figueira, - 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2006.
4. _____. Presença ausente da raça na s reformas educacionais. In: CANEN, Ana. MOREIRA, Antonio Flávio Moreira. Ênfases e omissões no currículo (orgs.). – Campinas, SP: Papirus, 2001.
5. _____. Repensando ideologia e currículo. In: MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da Silva (orgs.). *Currículo, cultura e sociedade.* Tradução de Maria Aparecida Baptista – 11 ed. – São Paulo, Cortez, 2009.
6. BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). Marxismo e filosofia da linguagem. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 14.ed – São Paulo: Hucitec, 2010.
7. _____. Estética da criação verbal. Tradução Paulo Bezerra. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
8. BALL, Stephen J.; BOWE, Richard. Education policy and social class: the selected works of Stephen J. Ball. London: Routledge, 2006.
9. BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 10.639, de 09.01.03: altera a Lei nº 9.394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e cultura afro-brasileira, 2003.
10. BURKE, Peter. "História como memória social". In: Variedades de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 67-89.
11. CLIFFORD, J. Itinerários transculturales. Barcelona: Gedisa, 1977.
12. COELHO, Wilma de Nazaré Baía. A cor ausente. 2 ed. Belo Horizonte: Mazza Edições; Belém: Editora UNAMA, 2009.
13. DIAS, Lucimar Rosa. Quantos passos já foram dados? A questão da raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à Lei 10.639, de 2003. In: ROMÃO, Jeruse (org.). História da Educação do Negro e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
14. DUARTE, Evandro C. Piza et al. Cotas raciais no Ensino Superior. Curitiba: Juruá, 2008.
15. FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte", Educação & Sociedade, Campinas, SP, v. 23, n. 79, 2002, p. 257.
16. GATTI, Bernadete. Pós-Graduação e Pesquisa em Educação no Brasil: 1978-1981. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, nº 44, p.3-17, 1983.
17. _____. Pesquisa em educação: um tema em debate. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.80, p.106-111, fev.1992.
18. GINZBURG, C. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
19. GOMES, Joaquim Barbosa. Ação afirmativa & princípio Constitucional da igualdade: o Direito como instrumento de transformação social. A experiência do EUA. Rio de janeiro: Renovar, 2001.
20. _____. O uso da lei no combate ao racismo: direitos difusos e ações civis públicas. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. ; HUNTLEY, Lynn (orgs.). Tirando a Máscara: Ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 389-409.
21. GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antonio Flávio, CANDAU, Vera Maria (orgs.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petropólis, RJ: Vozes, 2008.
22. GUIMARÃES, A. S. A desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre a ação afirmativa no Brasil. In: SOUZA, J. (org.). Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos. Brasília: Ministério da Justiça, 1996.
23. HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n.73, maio 1990.
24. LE GOFF, Jacques. "Memória". In: História e Memória. Campinas: Ed. UNICAMP, p. 423-483, 1994.
25. MOSCOVICI, S. A. Representação Social da Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
26. OLIVEIRA, Ana de. LOPES, Alice Casemiro. A abordagem do ciclo de políticas: uma leitura pela teoria do discurso. *Cadernos de Educação* | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [38]: 19-41, janeiro/abril 2011.

© 2019 Global Journals

27. ROMANOWSKI, Joana; ENS, Romilda. As pesquisas denominadas do tipo "Estado da Arte" em Educação. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, PR. v. 6, n. 19, p. 37-50, set.-dez. 2006.
28. SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ArtMed. Tradução de Ernani F. da F. Rosa, 1998.
29. SANTOS, Sales Augusto. Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
30. SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
31. SILVA JÚNIOR, Hédio. Anti-racismo: coletânea das leis brasileiras (federais, estaduais, municipais). São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.
32. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Negros na universidade e produção do conhecimento. In: SILVÉRIO, Valter Roberto; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. (orgs.). Educação e Ações Afirmativas: entre a Justiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003, p. 43-54.
33. SILVÉRIO, Valter Roberto; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. (orgs.). Educação e Ações Afirmativas: entre a Justiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.
34. SISS, Ayhas; OLIVEIRA, Iolanda de. Trinta anos de ANPED, as pesquisas sobre a educação dos afro-brasileiros e o GT-21: marcas de uma trajetória. Texto apresentado na 24ª Reunião Anual da ANPED, 2004.
35. SKDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

© 2019 Global Journals